

Vitória (ES), Sexta-feira, 26 de Maio de 2017.

13

Luciano José da Silva	2580705	01/04/2017	66944139
Raphael Pereira Gonçalves	3583023	17/04/2017	66944201

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 25 de maio de 2017.

FABIANA ALVES DA SILVA

Subsecretária de Estado para Assuntos Administrativos

Protocolo 316305

**CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS FISCAIS
RECURSO VOLUNTÁRIO**

**ACÓRDÃO N.º 0199/2017
DA PRIMEIRA CÂMARA DE
JULGAMENTO**

PROCESSO N.º: 66237270- Apenso
nº 72875879 - CERF 0150/2016
A. I: 5.004.584-4
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
082.415.47-1
RECORRENTE: BOSI EMBALAGENS
LTDA ME
RECORRIDO: SEXTA TURMA DE
JULGAMENTO/ GETRI

EMENTA: EMISSÃO DE CUPONS
FISCAIS COM DESTAQUE DAS
SITUAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM
DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO
VIGENTE - PREJUDICIAL DE
DECADÊNCIA, REJEITADA -
PRELIMINARES DE NULIDADE E
CERCEAMENTO AO DIREITO DE
DEFESA REJEITADAS - ALEGAÇÃO
DE VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS
CONSTITUCIONAIS - ILICITUDE
CARACTERIZADA - AÇÃO FISCAL
PROCEDENTE - RECURSO
IMPROVIDO - DECISÃO DE
PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

Lançamento por descumprimento
de obrigação acessória submete-se
ao prazo decadencial previsto no
art. 173, inciso I, do CTN.

No que tange às preliminares
de nulidade do auto de infração
e cerceamento do direito de
defesa, restou comprovado
que a fiscalização descreveu
corretamente o fato, indicou
precisamente o dispositivo legal
infringido, bem como o dispositivo
de lei que prevê a obrigação
descumprida, não se verificando,
portanto, nenhuma irregularidade
no auto de infração, tendo o

processo se desenvolvido de forma
válida e regular, razão pela qual
foram rejeitadas as preliminares.

Quanto à preliminar de nulidade por
ofensa ao princípio da legalidade,
ao impor obrigação através
de decreto, verifica-se que a
legalidade exigida para a imposição
de obrigação instrumental não é
estrita, ou seja, pode advir de ato
normativo que não a lei em sentido
formal e material.

Quanto à alegação de violação
a princípios constitucionais,
extraí-se da Súmula 004/2015
deste Egrégio que: "O Conselho
Estadual de Recursos Fiscais
não é competente para declarar
a inconstitucionalidade de lei
tributária."

No mérito, restou comprovada
nos autos a ocorrência do fato
descrito, razão pela qual se conclui
pela procedência da ação fiscal e
subsistência do auto de infração.

DECISÃO

ACORDA a Primeira Câmara de
Julgamento do Conselho Estadual
de Recursos Fiscais em conhecer
do recurso e, à unanimidade,
negar-lhe provimento para manter
a decisão de primeira instância,
julgando procedente a ação fiscal
e subsistente o auto de infração,
de conformidade com o relatório
e voto do conselheiro relator, que
ficam fazendo parte integrante do
presente julgado.
Vitória, 25 de Abril de 2017.
GUSTAVO ASSIS GUERRA
Presidente
THIAGO NADER PASSOS
Relator
FRANCISCO AUGUSTO TEIXEIRA
DE CARVALHO
Procurador - Representante da

Fazenda Pública Estadual
***Republikado por haver sido
redigido com incorreção
Protocolo 316107**

**Banestes Seguros S/A -
BANSEG -**

**RESUMO DO PRIMEIRO TERMO
ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
CONFEÇÃO E FORNECIMENTO
DE CARTÕES EM PVC, Nº
117846.**

DASPARTES: BANESTES SEGUROS
S.A. X BPD - PROCESSAMENTO DE
CARTÕES LTDA-EPP

OBJETIVO: - Prorrogar o prazo de
vigência por 12 meses, a contar
de 23/05/2017, e a terminar em
22/05/2018.

-Os previstos na Cláusula Segunda
do contrato foram reajustados
pelo IGP-M do período.

Vitória, ES, 25/05/2017

**GEACO/COSER
Protocolo 316245**

**Secretaria de Estado da Saúde
- SESA -**

**CONVOCAÇÃO EDITAL
Nº 049 - 113/2016.5**

Cronograma de Chamada 2ª etapa
do Processo Seletivo (**Região
Metropolitana**) **Fonoaudiólogo
e Enfermeiro UTIN-UTIP**
para CADASTRO DE RESERVA
de candidatos classificados
em PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO 113/2016.5.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA
SAÚDE, no uso da atribuição legal,
que lhe foi conferida pela Lei nº
3.043/75, Art. 46, **CONVOCA**
os candidatos classificados no
Edital 113/2016.5, a listagem

**dos convocados se encontra
publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no
local, sendo Secretaria de Estado
da Saúde, no dia **30/05/2017**,
nos **horários 13h30 as 16h30**
conforme descrito no Cronograma
de Chamada, a fim de proceder
a 2ª Etapa do Processo Seletivo,
que compreende a comprovação
dos requisitos de qualificação
profissional, experiência
profissional e formação do
**CADASTRO DE RESERVA, sem
a expectativa imediata da
formalização do contrato.**


Vitória, 25 de maio de 2017

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 316391

**PORTARIA 187-S, DE
25/05/2017
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA
SAÚDE**, no uso da atribuição que
lhe confere o artigo 65, da Lei
Complementar nº 46, de 31 de
janeiro de 1994,

**RESOLVE
EXONERAR**, a partir de 22 de
maio de 2017, de acordo com o
artigo 61, parágrafo 2º, alínea
"a", da Lei Complementar nº 46,
de 31 de janeiro de 1994, **MARIA
MANCINI DE MORAES RIBEIRO**,
Número Funcional 2994970, do
Cargo de provimento em comissão
de Chefe de Núcleo Especial
de Recrutamento e Seleção de
Contratos Temporários, ref. QCE-
04, da Secretaria de Estado da
Saúde.

Vitória, 25 de maio de 2017
RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 316188




Economia de água

Consumo consciente de papel e plástico

Lixo no lugar certo

Economia de energia



**IMPRENSA
OFICIAL/ES**

Cidadão, faça a sua parte para um mundo melhor!